

António Martins da Silva

PORTUGAL E A EUROPA

distanciamento
e reencontro



Palimage
Imagem Palavra

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I – DA MONARQUIA À REPÚBLICA (1820-1932): A ABERTURA À EUROPA	17
1. PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA	19
2. A IDEIA DE UNIDADE EUROPEIA: ECOS E REACÇÕES EM PORTUGAL	23
3. O DISCURSO FEDERALISTA: DA UNIÃO IBÉRICA À UNIDADE LATINA E OCIDENTAL	29
4. FERNANDO PESSOA E A IDEIA DE PORTUGAL E DE EUROPA	70
EM JEITO DE CONCLUSÃO: DO FEDERALISMO IBÉRICO À FEDERAÇÃO EUROPEIA	73
5. PORTUGAL PERANTE AS IDEIAS E OS PROJECTOS DE UNIDADE EUROPEIA NO PÓS-PRIMEIRA GUERRA (1919-1932)	75
5.1. <i>A ideia de “Estados Unidos da Europa” nos anos vinte: ecos e reações em Portugal</i>	76
5.1.1. Na onda mística do europeísmo: Coudenhove-Kalergi – o apóstolo da Pan-Europa	77
5.1.2. No rescaldo de Versalhes e da SDN: democracia republicana e internacionalismo – a federação humana	78
5.1.3. Na órbita de Locarno e da paz perpétua: a ideia dos Estados Unidos da Europa – expectativas e dúvidas	80
5.1.4. No espectro do adensamento das tensões e do pacto Briand- Kellog: «guerra à guerra» e pátria europeia – esperanças e perplexidades	88
5.1.5. Na sombra sinistra do nacionalismo: a Anti-Europa	94
5.1.6. No dilema entre a falência da paz e a iminência da guerra: a França propõe a unificação europeia	96

Em jeito de conclusão: a década de vinte na busca da paz perpétua – um alfobre de internacionalismo	100
5.2. <i>O Plano Briand e o posicionamento português</i>	105
5.2.1. A iniciativa institucional na SDN: o plano Briand de unidade europeia	106
5.2.2. A opinião pública face à proposta de Briand e ao memorando francês	112
5.2.3. As respostas dos governos ao memorando francês	126
5.2.3.1. As reacções públicas (periódicos e livros)	126
5.2.3.2. A visão da diplomacia portuguesa	134
5.2.3.3. O resumo oficial das respostas	139
5.2.3.4. A resposta portuguesa	142
5.2.4. As decisões institucionais. A Comissão de Estudo para a União Europeia	146
Em jeito de conclusão: uma arma nova para debelar a crise – a tentativa multilateral de laço federal europeu	167

Capítulo II – DE SALAZAR AO FIM DO ESTADO NOVO (1932- -1974): O REGRESSO AO MAR..... 173

1. SALAZAR PERANTE A PERSPECTIVA DE UMA «NOVA ORDEM EUROPEIA» ANTES E DURANTE A GUERRA	176
2. PORTUGAL E A UNIDADE EUROPEIA NO PÓS-GUERRA (1946-1948)	181
2.1. <i>A ideia de Europa unida: ecos em Portugal</i>	181
2.1.1. Declarações e intenções: ecos anglo-saxónicos	182
2.1.1.1. Vozes mais ou menos dispersas no imediato pós-guerra	183
2.1.1.2. Um paladino da ideia da Europa unida: W. Churchill ..	184
2.1.2. Iniciativas e primeiras actuações: o acolhimento dos povos	187
2.1.2.1. A criação de movimentos e associações, correntes de opinião e outros meios de pressão e de consciencializa- ção	188
2.1.2.2. Uma grande manifestação pública do pós-guerra: o Congresso Europeu da Haia, de 7 a 10 de Maio de 1948	193
2.1.2.3. Outras manifestações públicas: o Congresso da União Interparlamentar Europeia em Interlaken	214
Em jeito de conclusão: os (e)ventos da ideia de Europa unida chegam a Portugal	220

2.2. <i>A unidade europeia no pós-guerra: reacções e tomadas de posição em Portugal</i>	222
2.2.1. As primeiras reacções	222
2.2.2. Sobre o congresso da Haia	227
2.2.3. Sobre outras iniciativas públicas	245
Em jeito de conclusão: solidariedade civilizacional sim, compromissos institucionais de modo nenhum	259
3. PORTUGAL E A COOPERAÇÃO EUROPEIA (1946-1973)	262
3.1. <i>A cooperação em matéria de segurança</i>	262
3.1.1. Do Pacto da União Ocidental ao Pacto do Atlântico	264
3.1.2. Reacções em Portugal	276
Em jeito de conclusão: Salazar respira de alívio: estar com o Ocidente sem estar com a Europa	298
3.2. <i>A cooperação política e cultural</i>	304
3.2.1. A difícil gestação do Conselho da Europa	306
3.2.2. Portugal perante o Conselho da Europa	332
Em jeito de conclusão: «face ao mar, costas à terra» – a Europa é «para nós mais paisagem do que vizinhança»	349
3.3. <i>A cooperação económica</i>	354
3.3.1. A cooperação no âmbito da OECE	355
3.3.1.1. Portugal perante o Plano Marshall	357
3.3.1.2. O projecto de União Aduaneira Europeia e a participação portuguesa	359
3.3.1.2.1. As tentativas regionais de união aduaneira	360
3.3.1.2.2. A hipótese de uma União Aduaneira Europeia e as pressões norte-americanas	363
3.3.1.2.3. A criação do Grupo de Estudos para a União Aduaneira Europeia	366
3.3.1.2.4. O resultado dos trabalhos do Grupo de Estudos	368
3.3.1.2.5. A posição portuguesa em relação à assinatura e à ratificação das convenções aprovadas	371
Em jeito de conclusão: passos tímidos, mas irreversíveis na direcção da Europa	377
3.3.2. A cooperação no âmbito da EFTA	386
3.3.3. A cooperação com a CEE	389
3.3.3.1. A integração europeia: da primeira comunidade ao primeiro alargamento (1950-1973) – breve resumo	390

3.3.3.2. Salazar perante o processo da construção comunitária e a possibilidade da união política europeia	392
3.3.3.3. A aproximação de Portugal à Europa comunitária: a opinião pública e o poder político – atitudes e actuações. O acordo comercial de 1972 com a CEE	397
Em jeito de conclusão: na encruzilhada entre o caminho marítimo e a caminhada terrestre, ou Portugal no dilema entre o Mar e a Europa	403
Capítulo III – DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS ATÉ AO PRESENTE (1974-2005): A CAMINHO E NO CAMINHO DA EUROPA	407
1. NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO (1974-75): A EUROPA (QUASE) INEXISTENTE	409
2. NO PERÍODO NEGOCIAL DA ADESÃO COM OS ACIDENTES DE PERCURSO (1976-1985): EUROPA SIM, MAS NÃO TANTO... ..	412
3. DA ADESÃO À MOEDA ÚNICA (1986-1999): A EUROPA DOS SUBSÍDIOS	420
4. A EUROPA DO FUTURO (2000-2005): SIM, MAS QUANTO BASTE OU ENQUANTO DER	421
CONCLUSÃO GERAL... ..	429
... E MORAL DA HISTÓRIA	433
FONTES E BIBLIOGRAFIA	443

Publicação apoiada por:

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
POCTI - Programa Operacional Ciência, Tecnologia
e Inovação - III Quadro de Apoio

